



3827 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA POTIGUAR: MAPEAMENTO DAS EMPRESAS E DE SUAS AÇÕES NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RN

Felipe Daniel Barros Diniz - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Luciane Terra dos Santos Garcia - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA POTIGUAR: MAPEAMENTO DAS EMPRESAS E DE SUAS AÇÕES NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RN

Resumo: Com o aumento da participação do terceiro setor nos serviços públicos, o objetivo deste trabalho é mapear as instituições de interesse privado que possuem parcerias com a SEEC-RN e analisar quais ações desenvolvem. Observa-se uma intensa reestruturação do trabalho da SEEC-RN, articulando: avaliação; implementação de diretrizes curriculares e do Plano Estadual de Educação; a melhoria na comunicação; uma reorganização do trabalho pedagógico; e uma formação continuada dos profissionais de educação.

Palavras-chave: Reforma de estado, Políticas educacionais, Terceiro setor.

O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA POTIGUAR: MAPEAMENTO DAS EMPRESAS E DE SUAS AÇÕES NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RN

A reforma do Estado brasileiro, implementada a partir da década de 1990, orientou-se pelo ideário neoliberal de defesa do livre mercado, do Estado mínimo para o setor social e do individualismo exacerbado. Seguindo essa concepção, uma das dimensões dessa reforma consistiu na publicização dos serviços sociais, visando a que, serviços antes ofertados pela esfera pública, passassem a integrar a dimensão pública não estatal. Esses serviços poderiam, então, ser oferecidos pelo terceiro setor, com a participação da iniciativa privada e de organizações da sociedade civil. No que se refere especificamente à educação, a reforma implementada na referida década teve como um de seus eixos a descentralização de poderes e encargos para os estados, municípios e para a sociedade civil organizada, de modo que, foi possibilitada a participação do terceiro setor que só vem crescendo desde então.

Segundo Coutinho (2005), o terceiro setor é formado por organizações privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, que, no âmbito educacional, contam com grande independência para elaborar projetos e traçar objetivos próprios. Nessas condições, o empresariado se organiza em Fundações e Institutos para atuar no setor público, como agentes do interesse privado. Bonamino (2003), avalia que as relações construídas entre o público e o privado, estão pautadas na transferência de recursos e responsabilidades do primeiro para o segundo, o que restringe a ação pública estatal sobre a regulação e gestão das políticas educacionais, reduz o investimento direto de recursos na educação e amplia a participação e a autonomia de atuação do setor privado.

No estado do Rio Grande do Norte, observa-se, cada vez mais, a configuração de parcerias entre a Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEEC – e fundações e institutos de interesse privado visando a oferta de serviços educacionais. Essas empresas atuam em amplo espectro de funções, influenciando, sobremaneira, a forma como as políticas públicas de educação vêm sendo efetivadas. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é mapear as principais instituições de interesse privado que possuem parcerias com a SEEC-RN e analisar quais ações elas desenvolvem.

Como procedimentos de pesquisa foram desenvolvidas: revisão bibliográfica com vistas a compreender, sob uma perspectiva histórica, como se configuraram essas parcerias e quais são as suas propostas; e análise documental, abordando acordos de parceria e notas oficiais coletadas no Diário Oficial do Estado e do site da SEEC-RN. Tais documentos são responsáveis por elucidar quais empresas atuam na educação do Rio Grande do Norte e que funções desempenham.

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Para dar início ao mapeamento das ações desenvolvidas pelas organizações privadas parceiras da SEEC-RN, primeiramente, identificamos quais entidades estão atuando, nesse espaço. Para compor essa análise, selecionamos os programas desenvolvidos por estas instituições destacadas pela própria secretaria em seu sítio eletrônico: 1) Ensino em Tempo Integral, conta com o apoio dos institutos ICE, Sonho Grande e Natura; 2) Inova Escola, desenvolvido em parceria com a Fundação Telefônica Vivo 3) Jovem de Futuro, implementado pelo Instituto Unibanco; e 4) Gestão para a Aprendizagem, programa implementado pela Fundação Lemann.

A proposta “Ensino em Tempo Integral” compõe o Programa de Fortalecimento das Escolas de Ensino Médio do RN (Promédio) que busca

Para desenvolver a proposta Ensino em Tempo Integral, foi realizado acordo entre a secretaria e os três institutos envolvidos com objetivo de que houvesse “melhoria da oferta e da qualidade do ensino público de nível médio do Estado” (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Sobre as instituições envolvidas nessa proposta, sabemos que o ICE, com sede em Recife/PE, concentra suas ações na região Nordeste, mas também atua em São Paulo, Goiás e Espírito Santo. A entidade considera-se “sem fins econômicos” e objetiva a concepção de um novo modelo de escola, centrado na construção de um Projeto de Vida para os alunos, integrando três eixos principais: formação acadêmica de excelência, formação para vida e formação para o desenvolvimento das competências do século XXI (ICE, 2015).

Já os institutos Sonho Grande e Natura apresentam-se como organizações não governamentais (ONG's) e atuam em parceria com o ICE no Programa Ensino em Tempo Integral, com o objetivo de desenvolver estudos sobre a eficiência do modelo de escola que buscam implementar. Suas ações são orientadas para o monitoramento da qualidade educacional ofertada e por uma visão gerencial da educação, buscando conciliar bons resultados (Instituto Natura, 2018)

No tocante ao projeto, é sabido que ele visa responder às demandas criadas pela promulgação da Portaria nº 1.145, de 10 de Outubro de 2016, que institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, e à Lei da Reforma do Ensino Médio, nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017). Tal reforma, por seu turno, busca flexibilizar a grade curricular, disponibilizando uma parte comum e obrigatória e uma outra parte diversificada, o que, na concepção de Krawczyk e Ferretti (2017, p. 38), na realidade, reduz o tempo e os conteúdos da formação comum, colocando-a a “[...] serviço da produção de sujeitos técnica e subjetivamente preparados do ponto de vista instrumental, tendo em vista os interesses do capital”.

O Instituto Telefônica Vivo, por sua vez, atua nos programas Inova Escola e Escolas Conectadas. Juntos, os dois programas oferecem cursos presenciais e à distância, com foco na utilização da tecnologia para a prática pedagógica do professor e para a melhoria da gestão escolar. A parceria acertada entre a SEEC e o Instituto Telefônica Vivo objetiva

a transferência de tecnologias e soluções educacionais e/ou sociais; de empreendedorismo e de inovação; o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas à aprendizagem; além de ações para intercâmbio de informações, pesquisa e aprimoramento da gestão das políticas públicas, de modo apartidário. (RIO GRANDE DO NORTE, 2017)

Apesar da afirmação de apartidarismo, a análise do documento que apresenta o Inova Escola (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2016) demonstra que se pretende impulsionar a prática pedagógica e a gestão educativa para se adaptar às necessidades do capital no século XXI, partindo da prerrogativa de que a escola não acompanhou as mudanças sociais nos últimos anos. A instituição alega que é preciso fortalecer nos alunos as competências cognitivas, interpessoais e intrapessoais para o século XXI; para citar algumas: inovação, função executiva, negociação, automonitoramento, produtividade, autodidatismo, flexibilidade e perseverança.

Dessa forma, observamos que se pretende propiciar aos estudantes a possibilidade de aplicar, com padrões mínimos de qualidade, os resultados da aprendizagem em diversos ambientes, priorizando valores e conhecimentos necessários à sua empregabilidade.

Ainda com a perspectiva de modernização do ambiente educacional do estado, tem-se o Acordo de Cooperação assinado entre o Instituto Unibanco e SEEC-RN que busca

possibilitar a implementação do Projeto Jovem de Futuro nas Escolas de Ensino Médio da Rede Pública do Rio Grande do Norte, objetivando promover a melhoria da qualidade do ensino e a diminuição dos índices de evasão escolar, por meio da Gestão Escolar orientada para os resultados e a equidade. (RIO GRANDE DO NORTE, 2017)

Ao orientar a gestão escolar para “resultados”, a proposta do Projeto Jovem de Futuro direciona as ações e estratégias das escolas para as avaliações externas nacionais e estaduais. Peroni (2013) ressalta que o projeto busca influenciar a proposta pedagógica do Ensino Médio com base em uma concepção de educação e trabalho voltadas para os interesses do capital. Para essa autora, ao inscrever o projeto no Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério da Educação e da Cultura – MEC (BRASIL, 2009), o Instituto Unibanco fortalece nacionalmente a sua influência sobre as políticas educacionais do ensino médio, para além de parcerias pontuais.

Por sua vez, a Fundação Lemann está envolvida com a implementação do “Programa Gestão para a Aprendizagem”, do “Programa Formar” e do “Programa Escolas na Rede” (este em parceria com o Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo e Instituto Inspirare), fornecendo formações específicas para professores de Língua Portuguesa e Matemática. Juntos, os três programas influenciam toda a rede educacional, desde o planejamento estratégico da secretaria, até a gestão das escolas e do trabalho pedagógico em sala de aula, disponibilizando, ainda, material didático *on-line*. A partir da análise dos dados das avaliações das escolas de nível fundamental, a Fundação Lemann propõe estratégias para a melhoria dos índices de aprendizado.

Dessa forma, percebemos que as propostas das empresas parceiras da SEEC-RN denunciam o retorno do tecnicismo caracterizado por Saviani (1999) como um reordenamento do trabalho pedagógico com base na racionalidade, eficiência e produtividade, com a alegação de torná-lo mais objetivo e operacional. Nesse ponto, devemos concordar com Freitas (2016), que o que está em curso é um novo tecnicismo (ou neotecnicismo), aliado às novas tecnologias, mobilizado pelo empresariado, em prol de um processo mais intenso de privatização do ensino e da gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As constatações apresentadas até aqui levam-nos às considerações de que a atuação das instituições do terceiro setor nas escolas do Rio Grande do Norte objetiva consolidar uma educação voltada à formação da massa trabalhadora, propagando os conhecimentos e valores necessários à ocupação de vagas em um mercado de trabalho que atende a essas empresas e aos seus parceiros. Por trás dessas instituições há um grupo ainda maior de investidores do mercado financeiro, de grandes bancos e outros grupos empresariais que se beneficiam da formação construída pelos parceiros que atuam na rede pública. Dessa forma, buscam manter a população mais pobre dentro da escola por um período supostamente maior e impõe uma formação pautada nas competências e valores

almejados pelas próprias empresas. É um sistema que corrobora a visão de inovação escolar voltada para a organização curricular, a gestão, a avaliação em larga escala e os sistemas de premiação de escolas e professores, em detrimento do debate pedagógico e didático dos próprios mecanismos de exclusão (LIBÂNEO, 2012).

Ademais, preocupa a função desempenhada pela escola nesse processo. Ao contrário de se fomentar uma gestão escolar participativa e ativa no planejamento, na avaliação e na construção das suas práticas pedagógicas, a partir de um projeto político-pedagógico que considere suas singularidades e demandas, implanta-se nas escolas da rede modelos de gestão e ensino determinados por fundações e institutos privados que não atendem às suas especificidades.

A efetivação dessas propostas no sistema escolar do Rio Grande do Norte carece de maiores investigações. Percebemos que está em curso um processo intenso de reestruturação do trabalho da SEEC-RN, que articula: avaliação do processo de ensino e aprendizagem; a implementação de diretrizes curriculares; a implantação do Plano Estadual de Educação – PEE; ações de melhoria da comunicação entre Escolas-DIREC-Secretaria; e a reorganização do trabalho pedagógico das escolas e da formação continuada dos profissionais de educação. Tudo isso, com a influência de organizações do terceiro setor. Desse modo, urge investigar como as ações propostas e efetivadas pelo poder público constroem suas relações com as instituições desveladas neste trabalho, bem como a repercussão disso no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos 1980 **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 5, p. 253-276, jan./jun. 2003.

BRASIL. **Guia de tecnologias educacionais 2009/MEC**. ANDRÉ, C. F. (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

COUTINHO, A. F. **As organizações não-governamentais e a educação básica oferecida aos pobres** do consenso da oferta à ação privatizante. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FREITAS, L. C. **Tecnicismo**: ele está de volta. *AvaliacaoEduccional.com*. Disponível em: <<https://goo.gl/Veunee>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Inova escola**: práticas para quem quer inovar na educação / Fundação Telefônica Vivo. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Modelos pedagógicos**: conceitos. Recife, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/WBf44i>>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

INSTITUTO NATURA. **Escola em Tempo Integral**. São Paulo (SP): Instituto Natura, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/zEhCD1>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, 2017.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, Mar. 2012.

PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. Extrato de Publicação ao Termo De Convênio Nº 07/2017- Fundação Telefônica. Diário Oficial do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

_____. Extrato de Publicação do Termo de Cooperação. Diário Oficial do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

_____. Extrato de Publicação ao Acordo de Cooperação nº 01/2017 – Instituto Natura, Instituto Sonho Grande e o Instituto de Co-Responsabilidade pela educação – ICE. Diário Oficial do Rio Grande do Norte. NATAL, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! Dermeval Saviani. 32. ed.- Campinas: Autores Associados, 1999.

SEEC/ASSECOM. **Promédio: um novo olhar para o Ensino Médio** Portal do Governo do RN. Natal, 3 jan. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/R6p4jt>> Acesso em: 25 jun. 2018.